

Resumo de curriculum vitae**1 — Dados pessoais**

Nome — Fátima Maria Feijóo Leão.
 Data de nascimento — 12 de Abril de 1949.
 Naturalidade — São Vicente, República de Cabo Verde.

2 — Habilitações

Licenciatura em Ciências Político-Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, concluída em Julho de 1974.
 Bacharelato em Administração Económico-Financeira de Empresas pela Escola Superior de Organização Científica do Trabalho, concluído em Julho de 1972.

3 — Situação profissional actual

Subdirectora do Gabinete dos Assuntos Europeus e Relações Externas do ex-Ministério do Planeamento.
 Desde 1993 que vem exercendo a função de subdirectora em gabinetes de assuntos europeus e relações externas — no Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT), no Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), no Ministério do Equipamento Social (MES) e actualmente no ex-Ministério do Planeamento.

4 — Actividade profissional

Vinte e oito anos de carreira profissional na Administração Pública, dos quais nove como dirigente, desempenhada entre o ministério que foi tendo a tutela das obras públicas, dos transportes, da habitação e das comunicações e o Ministério do Planeamento, com excepção dos dois primeiros anos (1974 e 1975), em que desempenhou funções técnicas no Ministério da Educação.
 A maior parte da sua carreira técnica foi desenvolvida em gabinetes de planeamento. A partir da integração de Portugal na Comunidade Europeia, exerceu sempre funções dirigentes em gabinetes de assuntos europeus.

5 — Experiência profissional

Áreas em que tem incidido mais a sua intervenção: assuntos europeus, cooperação externa e relações internacionais no geral, gestão financeira e administrativa, estudos no domínio da organização e métodos, estudos de índole económica e social nos sectores do habitação e das obras públicas, estudos ligados ao impacte da adesão de Portugal à CEE, à preparação e exercício da presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias, organização de diversas reuniões de conferências internacionais e actividade de consultoria no domínio da gestão.

6 — Nomeações e representações

Vogal do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, mais tarde do MEPAT e do MES, na Comissão Intermínisterial para os Assuntos Comunitários e na Comissão Intermínisterial para a Cooperação.
 Representante dos mesmos Ministérios em reuniões internacionais, em diversas cimeiras e comissões mistas de cooperação.
 Representante do Ministério no grupo *ad hoc* criado por resolução do Conselho de Ministros para a preparação da ajuda humanitária ao Kosovo e à República da Guiné-Bissau e na Comissão de Planeamento Civil de Emergência.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 1048/2005. — 1 — Considerando o disposto na alínea *a*) do artigo 4.º e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 408/98, de 21 de Dezembro, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º e nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investido, é nomeado, em comissão de serviço, no cargo de presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM), o licenciado José Pedro Ribeiro Gomes da Silva.

2 — O presente despacho conjunto produz efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

ANEXO**Nota curricular****I — Dados pessoais:**

Nome — José Pedro Ribeiro Gomes da Silva;
 Data de nascimento — 23 de Setembro de 1966.

II — Dados profissionais:

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (curso de 1985-1990);
 Advogado inscrito na Ordem de Advogados de Portugal, desde 1992;
 Autor de artigos sobre variados temas jurídicos que foram publicados no jornal *Semanário Económico*;
 Assessor da direcção de uma empresa de publicidade (1990-1991);
 De 1990 a 1995 trabalhou no escritório de advogados CRA Coelho Ribeiro e Associados, em Lisboa;
 Vogal da mesa da assembleia geral da sociedade IBERVISÃO, S. A. (sociedade de direito português, detida maioritariamente pelo grupo finlandês Nokia);
 De 1996 a 1998 foi o responsável em Moçambique da filial desse escritório de advogados;
 De Fevereiro de 1998 até Maio de 2000 foi o responsável pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos do BCI — Banco Comercial e de Investimentos, S. A. R. L. (banco moçambicano integrado no Grupo Caixa Geral de Depósitos), onde acumulou essas funções, com as de secretário-geral;
 Vogal da mesa da assembleia geral da sociedade de direito moçambicano GCI Sociedade Gestora de Fundos, S. A. R. L., onde exerceu funções;
 Em 2000-2002, consultor jurídico do Instituto Português de Conservação e Restauro;
 Em 2000-2002, consultor jurídico da Inspecção-Geral das Actividades Culturais;
 Em 2000 e 2003, assessor jurídico do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia;
 De 2003 a 2005 exerceu funções de vice-presidente do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia;
 Representante português no programa de cooperação ibero-americana IBERMEDIA;
 Representante do Ministério da Cultura na ANACOM;
 Representante do Ministério da Cultura na comissão de acompanhamento do Canal 2 da RTP;
 Membro do grupo de trabalho de regulamentação da Lei do Cinema.

Despacho conjunto n.º 1049/2005. — Considerando que o licenciado Fernando Campos de Sousa Real comunicou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a antecedência legalmente exigida, o termo da respectiva comissão de serviço enquanto director do Instituto Português de Arqueologia;

Considerando que essa comunicação foi devidamente acompanhada de relatório de resultados obtidos durante o seu mandato de três anos, conforme se determina no n.º 2 do citado artigo 22.º da mesma lei;

Considerando que o licenciado Fernando Campos de Sousa Real tem vindo a desempenhar com competência o cargo de director do Instituto Português de Arqueologia;

Considerando os resultados obtidos e a apreciação do respectivo relatório, foi comunicada expressamente ao interessado, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º da citada lei, a renovação da respectiva comissão de serviço.

Considerando o disposto na alínea *a*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio, e ao abrigo do disposto nos artigos 18.º, 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É renovada a comissão de serviço do licenciado Fernando Campos de Sousa Real no cargo de director do Instituto Português de Arqueologia, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 16 de Novembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Curriculum vitae

Nome — Fernando Campos de Sousa Real.

Local e data de nascimento — Porto, 18 de Setembro de 1949.
Habilitações académicas:

Licenciatura em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1978, com a classificação de 14 valores; Estágio em Geologia do Quaternário e Pré-História na Universidade de Marselha, 1983.

Breve descrição da carreira/actividade profissional

Funções docentes:

De 1976 a 1982 — ensinos básico e secundário;
De 1993 até à presente data — ensino superior — docência nas seguintes universidades:

Universidade Técnica de Lisboa — Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos (1993);
Universidade Clássica de Lisboa — Faculdade de Letras Património e História Local (1994-1995);
Universidade Portucalense Infante D. Henrique — A Reconstituição do Meio Ambiente (1996);
Universidade de São Paulo, Brasil — A Arqueologia Urbana em Portugal (1996);
Universidade Nova de Lisboa — mestrado de História Medieval e licenciatura em História, variante de Arqueologia (de 2002 até à presente data).

Actividade profissional:

Comissão Nacional do Ambiente (1980-1982) — colaboração no projecto «Atlas do ambiente», na revisão e actualização da Carta Geológica de Portugal, na escala de 1/1 000 000, da qual é autor;
Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, em regime de requisição — 1982-1988;
Instituto Português do Património Cultural (IPPC) — director de serviços do Departamento de Arqueologia (1988-1992);
Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) — director de serviços do Departamento de Arqueologia (1992-1997);
Instituto Português de Arqueologia (IPA) — director de serviços do Departamento de Gestão e Planeamento (1998-2002);
Director do IPA, de 2002 até Novembro de 2005.

Trabalhos arqueológicos de campo:

Participação desde 1969 em prospecção, escavação, tratamento de materiais, elaboração de relatórios e gestão e coordenação de trabalhos de campo.

Participação em comissões e grupos de trabalho:

Preparação do diploma relativo à carreira de arqueólogo na Administração Pública; comissão de arqueologia do Comité do Património Cultural do Conselho da Europa; Comissão Nacional contra a Poluição do Mar; conselho consultivo do IPPC e do IPPAR; Reuniões de peritos governamentais em Marrocos, Itália, Brasil, França, Polónia, Áustria, Alemanha, Reino Unido e na 8.ª Assembleia Geral dos Estados que Ratificaram a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO (de 1989 até à presente data); delegação portuguesa à Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) (1992); *comité* de especialistas de arqueologia do Conselho da Europa para a preparação do Plano Europeu de Arqueologia (1995); coordenação do grupo de trabalho «Levantamento da situação profissional dos arqueólogos portugueses», criado no seio da Pró-APA (Pró-Associação Profissional de Arqueólogos) (1993); júri para a atribuição do Prémio Gulbenkian de Arqueologia de 1995; reunião da UNESCO sobre a protecção do património cultural subaquático; coordenador do grupo de trabalho informal do Ministério da Cultura para o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (2002); presidente do júri do concurso público para a concepção do projecto do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa — MAAVC (2003-2004). Coordenação do processo de elaboração do projecto do MAAVC.

Organização de reuniões científicas:

I Reunião do Quaternário Ibérico (1985); 7th International Congress on Deterioration and Conservation of stone (1992); colóquio internacional «Existe uma Idade do Bronze Atlântico?»

(1995); «Que utilização para o património construído?» (1996); «Arqueologia da Arrábida» (1998).

Intervenções no âmbito da Museologia:

«A aventura humana», Museu de Etnologia (1982); «Portugal — das origens à época romana», Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1985); «Salvar as ruínas da ruína», exposição itinerante (1990); «Lisboa subterrânea», Museu Nacional de Arqueologia (1994); «Conservação e musealização das ruínas romanas de Villa Cardílio», Torres Novas (1996-1997).

Conferências e comunicações:

«Quaternário e pré-história do vale do Nabão», Sociedade de Geografia de Lisboa, 1988; «Arqueologia em Portugal», Convento dos Capuchos (1989); «Le développement de programmes de coopération dans le domaine du Patrimoine Archéologique et Architectural», simpósio sobre património cultural, Cracóvia, Polónia (1991); «La Recherche Archéologique au Portugal», Rencontres Européennes d'Archéologie, Toulouse, França (1992); «Visão global da intervenção dos arqueólogos em meio urbano», Fundação Convento da Orada, Monsaraz, (1995); «Recuperar a memória da cidade», I Encontro Brasileiro de Habitação em Centros Históricos, Santos, Brasil (1996); «Protecção/preservação de sítios arqueológicos», Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 2000; «O património arqueológico em áreas urbanas», município do Machico, (2001); «Monumento orgânico — território antigo», seminário organizado pelo IPA para a apresentação dos Laboratórios de Arqueociências (em instalação) (2003); acreditação dos arqueólogos — Braga — Associação de Estudantes da Universidade do Minho (2004). O papel do IPA e das autarquias na protecção e defesa do património arqueológico (2005).

Trabalhos publicados:

Autor de 45 títulos publicados em Portugal e no estrangeiro sobre património cultural e arqueologia, inseridos em revistas e outras publicações da especialidade.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Gabinete do Subsecretário de Estado da Administração Interna**

Despacho n.º 25 043/2005 (2.ª série). — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 10 493/2005, de 24 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, e nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no director do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna (GEPI), licenciado Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, com a faculdade de subdelegar, restrita aos respectivos directores de serviço, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matérias de gestão de recursos humanos e de gestão financeira:

- Autorizar os funcionários e agentes em serviço no GEPI a prestar trabalho extraordinário, previsto na alínea d) do n.º 33 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados ao pessoal dirigente e de chefia do GEPI, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
- Autorizar a concessão de licença sem vencimento por um ano, e sua renovação, nos termos dos artigos 76.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio, bem como autorizar o regresso à actividade;
- Despachar pedidos de regresso ao regime de trabalho de tempo completo;
- Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, quando decorram no estrangeiro;
- Outorgar, em representação do Estado, nos contratos de compra ou cedência de edifícios ou de terrenos para a construção de instalações das forças e serviços de segurança;
- Aprovar os autos de recepção provisória e definitiva de empreitada de obras públicas e de fornecimento;